



1.ª reunião
25/3/2003



Protocolo de Cooperação entre a

Associação de Municípios da Lezíria do Tejo e o Instituto Geográfico Português

[Handwritten signature]

Considerando que:

A informação geo-referenciada é um suporte imprescindível à realização das actividades de planeamento, ordenamento e gestão do território;

A Associação de Municípios da Lezíria do Tejo, doravante designada por AMLT, carece de cartografia para as suas múltiplas actividades nomeadamente, no âmbito da gestão urbanística, planeamento de pormenor, gestão e exploração de infra-estruturas urbanas;

O Instituto Geográfico Português, doravante designado por IGP, é o organismo responsável pela execução da política da informação geográfica;

O IGP é responsável pela promoção, em coordenação com outras entidades públicas legalmente competentes, da cobertura cartográfica do território nacional;

O IGP, enquanto autoridade nacional de cartografia, deve apoiar e enquadrar as iniciativas deste âmbito, no sentido de integração num sistema coerente que reuna e disponibilize a informação geográfica aos vários utilizadores, aos níveis nacional, regional e local.

É celebrado o presente protocolo de Cooperação entre o IGP, com sede na Rua da Artilharia Um, 107, em Lisboa, representado por Carlos Manuel Mourato Nunes, na qualidade de Presidente e a AMLT, com sede CNEMA, Qta. das Cegonhas, Apart. 577, em Santarém, representada por José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, o qual se regerá pelas seguintes cláusulas:



Cláusula 1ª

Âmbito geográfico

A área geográfica de actuação da AMLT integra as áreas dos Municípios de Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém.

Cláusula 2ª

Objecto

1. O presente Protocolo tem por objecto definir e regular a cooperação a estabelecer entre a AMLT e o IGP, nos seguintes aspectos:

- a) Produção de cartografia digital à escala 1:2 000 para todas as áreas urbanas dos concelhos integrantes da AMLT;
- b) Homologação da cartografia digital produzidas pela AMLT à escala supra referida;
- c) Informatização dos elementos gráficos e alfanuméricos - rasterização e geo-referenciação dos elementos gráficos e digitação dos elementos alfanuméricos - resultantes das operações de cadastro geométrico da propriedade rústica dos concelhos integrantes da AMLT, estruturados tendo em vista a futura integração desses dados num sistema de informação que facilite as operações de actualização de cadastro e a sua utilização pelos respectivos municípios.

Cláusula 3ª

Constituição de Grupo de Trabalho

O IGP e a AMLT comprometem-se a criar um grupo de trabalho com técnicos das duas instituições, com vista a dar execução ao presente Protocolo.



Cláusula 4ª

Acções e Responsabilidades

De acordo com o objecto do presente Protocolo, ambas as partes signatárias acordam em promover e realizar as acções abaixo discriminadas, consoante as seguintes áreas de actuação:

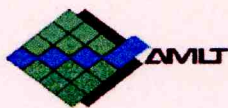
1. Cartografia Digital à escala 1:2000

- a) A AMLT promoverá a realização dos procedimentos necessários à produção da cartografia digital à escala 1:2 000;
- b) Para o efeito, o IGP promoverá a execução do metacontrolo da verificação da qualidade do produto final e apoio técnico no processo de produção;
- c) O IGP disponibilizará apoio técnico à equipa da AMLT, nomeadamente na validação e completagem do produto final;
- d) A AMLT cederá gratuitamente ao IGP os direitos de utilização dos seus serviços sobre a cartografia produzida e respectivas actualizações;
- e) O IGP promoverá gratuitamente a homologação desta cartografia e a evolução para cartografia oficial quando tal for considerado por qualquer das partes como necessário e conveniente, bem como o fornecimento gratuito de versões actualizadas.

2. Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica

2.1 Obrigações do IGP

- a) Executar a digitação dos elementos alfanuméricos do cadastro geométrico da propriedade rústica dos Municípios da AMLT;



[Handwritten signature]
[Handwritten checkmark]

- b) Fornecer à AMLT a base de dados preenchida e validada, com a informação correspondente à componente alfanumérica do cadastro;
- c) Fornecer as secções cadastrais em formato *raster* (tiff), geo-referenciadas no sistema Hayford-Gauss, Datum 73, com origem das coordenadas no ponto central dos Concelhos de Almeirim, Alpiarça e Santarém e ainda as secções geo-referenciadas no sistema Hayford-Gauss, Datum Lisboa, com origem das coordenadas no ponto fictício, do Concelho da Azambuja;
- d) Fornecer as secções cadastrais vectorizadas no sistema Hayford-Gauss, Datum 73, com origem das coordenadas no ponto central, do Concelho de Cartaxo e da Freguesia de Fajarda, do Concelho de Coruche, a multicotificar pela AMLT;
- e) Fornecer apoio técnico e formação aos técnicos da AMLT;
- f) Fornecimento à AMLT dos gráficos de ligação (plantas de enquadramento) das Secções;
- g) Verificação, por amostragem estatística, da informação resultante da digitalização dos elementos gráficos.

2.2 Obrigações da AMLT

Fornecer ao IGP todas a informação referente ao Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica em formato vectorial de todos os municípios associados da AMLT.

2.3 Obrigações Comuns

Quaisquer trabalhos que venham a ser realizados tendentes à produção, ou conservação de cadastro ou referência geográfica da propriedade serão reciprocamente cedidos, a título gratuito, entre as partes signatárias.



Cláusula 5ª

Gratuidade de dados

A transferência de informação cadastral referida nas Cláusulas 4ª - pontos 1 e 2, entre os outorgantes, efectuar-se-á gratuitamente.

Cláusula 6ª

Prazos

Os dados referidos na Cláusula 4ª serão entregues pelo IGP, à AMLT, até ao final do mês de Abril de 2004.

Cláusula 7ª

Direitos de Autor relativos aos dados fornecidos pelo IGP

1. Os dados fornecidos pelo IGP encontram-se protegidos pelo disposto na lei portuguesa e internacional sobre direitos de autor e não podem nomeadamente ser utilizados para finalidades distintas, copiados, divulgados ou cedidos a terceiros, sob qualquer forma, a título oneroso ou gratuito, sem autorização expressa do IGP.
2. A utilização e divulgação externa dos dados, por qualquer meio ou sob qualquer forma, implicam ainda a menção expressa da sua proveniência e autoria.

Cláusula 8ª

Alteração ou revisão do Protocolo

1. O presente Protocolo poderá ser objecto de alteração ou revisão em qualquer momento, mediante proposta formulada nesse sentido por qualquer das entidades signatárias.



2. Uma vez aceites e validadas, através de assinatura dos representantes legais das entidades signatárias, as propostas de alteração ou revisão são aditadas ao Protocolo, dele passando a fazer parte integrante.

Cláusula 9ª

Vigência

O presente Protocolo vigorará pelo período de três anos, considerando-se sucessivamente renovado por iguais períodos se nenhuma das partes se pronunciar em contrário até três meses antes da data de termo.

Cláusula 10ª

Resolução

1. A qualquer das entidades signatárias é conferido o direito à resolução do Protocolo caso se verifique ter havido da outra parte o incumprimento reiterado de uma ou mais obrigações nele expressas ou dele decorrentes.
2. Não serão considerados factores que determinem incumprimento, os que resultem de causas externas à vontade dos signatários.

Cláusula 11ª

Interpretação

1. As dúvidas suscitadas pela aplicação do presente Protocolo serão esclarecidas por comum acordo entre as entidades signatárias, segundo o princípio geral da interpretação mais favorável à prossecução do objecto expresso na Cláusula 2ª.



2. O presente Protocolo merece a concordância de ambas as entidades signatárias e é assinado pelos respectivos representantes legais, em dois exemplares.

Santarém, 25 de Março de 2003.

Pela AMLT

Pelo IGP

José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes
Presidente do Conselho de Administração

Carlos Manuel Mourato Nunes
Presidente